

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO

Litoral Norte – São Paulo

PROC

FOLIA

A33

COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO
REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI

N.º 08/2026

“Dispõe sobre a alteração da redação do artigo 16 da Lei n.º 3.179/2025.”

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica alterado do artigo 16 da Lei nº 3.179/2025, que passa a vigorar com a seguinte redação:

$$[\dots]$$

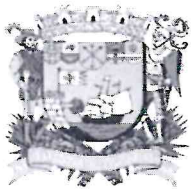
Art.16 A Gratificação Universitária, prevista no art. 149 da Lei Complementar nº 146, de 21 de novembro de 2011, corresponderá estritamente ao valor efetivamente comprovado do respectivo curso, limitado, em qualquer hipótese, ao percentual máximo de 15% (quinze por cento) do padrão 1-A da Tabela de Referência de Vencimentos dos Cargos Efetivos de Assistente Administrativo, constante do Anexo II da Lei nº 3.179/2025, vedado o pagamento em valor superior ao referido limite, ainda que o custo do curso ultrapasse esse teto.

§1º Será concedida exclusivamente aos servidores de carreira da Câmara Municipal e aos servidores de carreira da Prefeitura de São Sebastião regularmente cedidos à Câmara Municipal, sendo vedada a concessão a servidores ocupantes exclusivamente de cargo em comissão;

§2º A concessão e a manutenção da Gratificação Universitária ficam condicionadas, cumulativamente:

I- à prévia solicitação formal do servidor, acompanhada da comprovação documental idônea da matrícula, da regularidade do curso e de sua pertinência com as atribuições do cargo efetivo;





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO

Litoral Norte – São Paulo

PROC

FOLHA

ASS

14

me

II- à análise técnica e formal caberá ao Departamento de Recursos Humanos, com manifestação expressa quanto à compatibilidade e adequação ao interesse público;

III- à comprovação mensal do pagamento da respectiva mensalidade, mediante apresentação do comprovante ao Departamento de Recursos Humanos, até o dia 15 (quinze) de cada mês.

IV- a apresentação do comprovante em prazo posterior ao estabelecido no inciso anterior será considerada extemporânea e não ensejará, em qualquer hipótese, o pagamento retroativo da Gratificação Universitária, produzindo efeitos exclusivamente para os períodos subsequentes, se atendidos os demais requisitos legais e regulamentares;

V- à existência prévia de dotação orçamentária específica, suficiente e adequada, bem como à efetiva disponibilidade financeira, devidamente atestadas por meio de parecer técnico formal e expresso do Departamento Financeiro;

VI- à comprovação efetiva da conclusão do curso anteriormente beneficiado, como condição indispensável para eventual nova concessão, ficando o servidor limitado à realização de apenas 01 (um) curso com percepção da gratificação.

§3º O pagamento da Gratificação Universitária cessará automática e imediatamente, independentemente de notificação prévia:

I- no caso de descumprimento de quaisquer dos requisitos legais ou regulamentares;

II- com a interrupção, trancamento, cancelamento ou conclusão do curso;

III- na hipótese de afastamento do servidor do efetivo exercício, salvo nas situações legalmente autorizadas;

IV- diante da perda do vínculo funcional com a Câmara Municipal ou da revogação da cessão, quando se tratar de servidor do Poder Executivo;

V- em caso de constatação de irregularidade, erro material ou pagamento indevido.

§4º Constatada qualquer irregularidade após o pagamento, será obrigatória a restituição integral dos valores percebidos indevidamente, sem prejuízo da apuração de responsabilidade administrativa, civil e, se for o caso, penal, na forma da legislação aplicável.

§5º É expressamente vedado o pagamento retroativo da Gratificação Universitária, produzindo seus efeitos financeiros exclusivamente a partir da data do

Praça Professor Antônio Argino, 84 - Centro - São Sebastião/SP - CEP: 11608-554 - Tel. (12) 3891-0000



Site oficial: saosebastiao.sp.leg.br
Autenticar documento em <http://mopapercloud.saosebastiao.sp.leg.br/autenticidade>
com o identificador 910034005000390000008A00340052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

